

Governo ainda espera acordo de última hora com parlamentares

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O resumo do Orçamento Geral da União para o próximo ano, que o presidente José Sarney deve enviar hoje ao Congresso, já prevê cortes adicionais nos gastos federais de pelo menos 1% do Produto Interno Bruto (PIB), equivalentes a cerca de US\$ 4 bilhões, caso os parlamentares resolvam não aprovar os aumentos de impostos e redução de incentivos fiscais que se destinam a financiar estas "despesas condicionadas".

Os demonstrativos do Orçamento, com despesas e receitas de 17,2% do PIB ou NCz\$ 81,8 bilhões a preços de maio (US\$ 68,2 bilhões), podem ser alterados na última hora se houver acordo entre a Secretaria de Planejamento (Seplan) e a Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social da Câmara dos Deputados, em torno dos novos benefícios previdenciários que exigiriam mais NCz\$ 6 bilhões (US\$ 5 bilhões) em arrecadação tributária.

Como não se chegou a uma conclusão nos últimos encontros, os representantes do Legislativo e Executivo vão tentar novamente definir o orçamento da seguridade social hoje pela

manhã, em reunião marcada para as 8h30 na Seplan. Dependendo dos benefícios e do cronograma de sua implantação, os aumentos de contribuições obrigarão a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) a ampliar os valores globais do Orçamento de 1990.

As medidas adicionais para cobrir os novos benefícios previstos na Constituição serão incluídas no pacote fiscal que já estava definido pelo governo, para ser enviado ao Congresso no máximo até meados de setembro. Tanto os novos gastos da seguridade social quanto uma série de despesas de custeio e investimento dos diversos ministérios só poderão ser realizados se o Congresso aprovar as medidas fiscais.

DIFICULDADES

Prevedendo dificuldades para aprovar integralmente o pacote fiscal, diante dos "lobbies" que já começaram a se manifestar, a Seplan tomou a iniciativa de enviar aos diversos órgãos da administração federal um formulário que deve ser preenchido com a indicação de programas e atividades a serem cortados se não houver a correspondente cobertura de receita a partir de janeiro.

Esses cortes são permitidos pela Lei de Diretrizes

Orçamentárias, aprovada em junho pelo próprio Congresso, onde os deputados José Serra (PSDB-SP) e César Maia (PDT-RJ) incluíram a salvaguarda exatamente para evitar manobras políticas destinadas a ampliar gastos sem cobertura fiscal. A relação dos cortes adicionais, que estará pronta nas próximas semanas, mostrará aos congressistas cada uma dessas "despesas condicionadas", como informaram ontem fontes autorizadas da Seplan.

Se prevalecer a posição adotada até agora pelos ministros da área econômica, essas receitas condicionais se limitarão ao conjunto das medidas conhecidas como pacote fiscal — das quais o Executivo tomará a iniciativa de propor apenas três ou quatro (mudanças no Imposto de Renda), incluindo a taxação das microempresas, aumento da arrecadação do Imposto Territorial Rural e corte de subsídios, inclusive elevando de 6 para 18% a alíquota do IR das empresas exportadoras).

GRANDES FORTUNAS

As outras medidas fiscais exigidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (como a tributação das grandes fortunas e seletivi-

dade do Imposto sobre Produtos Industrializados) podem ser deixadas a cargo do próprio Legislativo, onde já tramitam projetos de lei sobre esses temas. No final, o pacote fiscal resultaria num ganho líquido de aproximadamente 1% do PIB, excluindo-se as medidas adicionais para cobrir o déficit potencial da seguridade social.

O presidente da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social, deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE), informou ontem que vai à reunião de hoje com a disposição de conseguir a implantação da maior parte dos novos benefícios em 1990, mesmo que para cobrir os NCz\$ 6 bilhões de despesa adicional seja preciso aumentar a alíquota do Finsocial.

A vigência escalonada desses benefícios já havia sido proposta ao Congresso pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, quando foi encaminhada a proposta do Plano de Custeio e Benefícios. O projeto de lei foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça, devendo agora passar à Comissão de Saúde, para ser votado em plenário até setembro, antes do chamado "recesso branco", que antecede a eleição de novembro.